

XII Congresso
Fluminense
de Iniciação Científica
e Tecnológica



V Congresso
Fluminense
de Pós-Graduação

Ciência para o Desenvolvimento Sustentável

Escolarização e mercado de trabalho na perspectiva da educação inclusiva

Esther Almeida Barreto, Bianca Freitas, Renata Maldonado

No Brasil, o desenvolvimento de políticas voltadas para a educação especial ocorreu por meio de instituições filantrópicas, voltadas, em sua maioria para os cegos e surdos, que tinham também como objetivo promover algum tipo de profissionalização para este público-alvo. Entretanto, somente a partir da década de 1990, a educação especial foi devidamente reconhecida como pertencente à educação regular, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino. (MEC, 2008). Nesse mesmo contexto, destaca-se a Lei nº 8.213, de julho de 1991, que regulamentou a instituição de cotas para os indivíduos com deficiência no mercado de trabalho, com a proposta de ampliar a inserção do público-alvo da educação especial na sociedade. Entretanto, de acordo com Carneiro e Ribeiro (2009), além do atraso na regulamentação desta lei, em quase dez anos, constataram-se resultados ainda pouco expressivos para os indivíduos com necessidades educacionais especiais, no sentido de promover sua efetiva inclusão no mercado de trabalho. Considerando isto, o projeto tem como objetivo analisar a inserção do público-alvo da educação especial no mercado de trabalho no município de Campos dos Goytacazes, a partir da atuação das instituições filantrópicas e sua relação com o processo de escolarização. Além disso, busca analisar as ações do Estado brasileiro para garantir a inclusão desse público e identificar os postos de trabalho e as políticas de inclusão promovidas no âmbito municipal. A metodologia utilizada é a realização bibliográfica sobre temáticas articuladas à inclusão no mercado de trabalho, revisão de literatura e pesquisa *in loco* nas instituições ofertadoras de vagas para o público-alvo da educação especial no município. Até o momento, vem sendo realizadas discussões de texto periódicas com a coordenadora do projeto sobre a temática e, pesquisas sobre as produções acadêmicas elaboradas nos últimos dez anos sobre o objeto de estudo. O projeto encontra-se em fase inicial e, constatou-se, a partir da revisão de literatura, a respeito da inclusão no mercado de trabalho, que o Estado brasileiro vem produzindo políticas públicas voltadas para a inclusão dos deficientes, tais como a lei Nº 8.112 de 1990, que especifica que 20% das vagas em concursos públicos devem ser destinadas para pessoas com necessidades especiais e a Lei 8.213 de 1991, que determina a obrigatoriedade da reserva de 2% a 5% das vagas para pessoas com necessidade especiais ou beneficiários reabilitados, nas empresas privadas, quando a empresa possuir cem ou mais colaboradores. Contudo, há necessidade de que se promova ainda maiores avanços no que se refere ao público-alvo da educação especial.